

MOÇAMBIQUE: Nível 2 da Lista de Observação

Moçambique é um país de origem, trânsito e, em menor escala, de destino de homens, mulheres e crianças submetidas a trabalho forçado e tráfico sexual. O uso de trabalho forçado infantil ocorre na agricultura, extração mineira e na venda nos mercados das áreas rurais, muitas vezes com a cumplicidade da própria família. As mulheres e raparigas de áreas rurais, atraídas para as cidades de Moçambique ou da África do Sul com promessas de emprego ou educação, são exploradas em servidão doméstica e tráfico sexual, para além dos migrantes voluntários de países vizinhos. As raparigas moçambicanas são exploradas na prostituição em bares, clubes ao longo das estradas, pontos de paragem nocturna e restaurantes ao longo do corredor de transporte do sul, que liga Maputo à Suazilândia e à África do Sul. A incidência da prostituição infantil constitui uma preocupação crescente em Maputo, Beira, Chimoio, Tete e Nacala, locais que possuem populações com elevado nível de mobilidade e uma grande quantidade de camionistas. A procura de emprego pelos trabalhadores e migrantes económicos nas crescentes indústrias extractivas no Tete e em Cabo Delgado resulta no aumento da procura de serviços sexuais incluindo, potencialmente, a prostituição infantil. Os rapazes e homens moçambicanos são sujeitos a trabalho forçado nas propriedades agrícolas e minas sul-africanas ou como vendedores de rua, onde muitas vezes trabalham durante meses sem pagamento em condições coercivas, antes de serem entregues à polícia para deportação como imigrantes ilegais. Os rapazes moçambicanos migram para a Suazilândia para lavar carros, pastorear rebanhos e vender mercadorias; alguns posteriormente tornam-se vítimas do trabalho forçado. As raparigas e os adultos moçambicanos são sujeitos a trabalho forçado e a tráfico sexual em Angola, Itália e Portugal. As Pessoas com Albinismo (PCA), incluindo crianças, são ainda mais vulneráveis ao tráfico para fins de remoção de órgãos. As redes informais integram, geralmente, traficantes moçambicanos e sul-africanos. Os contrabandistas de tráfico humano do sul da Ásia, que deslocam migrantes indocumentados do sul da Ásia por toda a África, transportam, alegadamente, vítimas de tráfico através de Moçambique. Há relatórios anteriores que alegam que os traficantes subornam os funcionários para deslocarem as vítimas dentro do país e através das fronteiras nacionais para a África do Sul e a Suazilândia e as autoridades prisionais forçam as mulheres a praticar actos sexuais em troca de provisões.

O governo moçambicano não cumpre integralmente os padrões mínimos para a eliminação do tráfico; no entanto está a envidar significativos esforços nesse sentido. O governo estabeleceu um grupo de referência nacional para coordenar as

iniciativas interministeriais de combate ao tráfico com intervenientes da sociedade civil e assegurou a abrangência nacional dos seus "grupos de referência" regionais. Ademais, publicou também quatro guias para auxiliar os agentes da polícia na identificação de potenciais vítimas do tráfico e disseminou materiais de sensibilização sobre o tráfico em todos os canais de comunicação social. Não obstante estas medidas, o governo não demonstrou um aumento geral dos esforços de combate ao tráfico comparativamente ao período do relatório anterior; por conseguinte, Moçambique foi inserido na Lista de Observação de Nível 2. Embora o governo tenha aumentado o número de investigações relacionadas com potenciais casos de tráfico, processou 35 suspeitos de tráfico e condenou 11 infractores, comparativamente a 44 processos e 32 condenações em 2014. Não finalizou o seu plano de acção nacional ou os regulamentos de execução da Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, promulgada em 2008. O governo não divulgou a identificação ou protecção das vítimas durante o ano e o financiamento do governo para a provisão de serviços de protecção permaneceu inadequada.

RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE:

Aumentar os esforços para processar e condenar traficantes suspeitos; finalizar e implementar o plano de acção nacional e emitir as necessárias regulamentações para a execução das disposições de protecção e prevenção da lei de 2008 de combate ao tráfico; promover a capacitação da unidade policial de combate ao tráfico, a Inspeção-Geral do Trabalho, e as Unidades de Assistência a Mulheres e Crianças para investigar casos de tráfico e dar protecção de curto prazo às vítimas; desenvolver um sistema formal de identificação proactiva de vítimas de tráfico entre as populações vulneráveis; instituir um sistema unificado para a recolha de dados relacionados com casos de tráfico; investigar denúncias de cumplicidade por parte das autoridades em crimes de tráfico e instaurar vigorosamente processos contra quaisquer indivíduos implicados em casos de tráfico; monitorizar o alegado crescimento do sexo comercial e formar oficiais para a investigação e condenação dos que facilitam a prostituição infantil ou forçada; expandir a disponibilidade de serviços de protecção das vítimas através do aumento do financiamento a parceiros relevantes no Grupo de Referência Nacional para a Protecção da Criança e Combate ao Tráfico de Pessoas; continuar a formar autoridades de segurança pública na identificação de vítimas, nomeadamente nos pontos de passagem das fronteiras e expandir campanhas de sensibilização de combate ao tráfico.

JULGAMENTO E CONDENAÇÃO

O governo envidou grandes esforços na aplicação da lei de combate ao tráfico. A Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, promulgada em 2008, proíbe o recrutamento ou a facilitação da exploração de uma pessoa para fins de

prostituição, trabalho forçado, escravidão ou servidão por dívida involuntária. O Artigo 10 prescreve penas de prisão de 16 a 20 anos para esses crimes, que são suficientemente rigorosas e excedem as previstas para outros crimes graves, como o estupro. O Código Penal promulgado em 2014 proíbe a exploração sexual comercial involuntária e o trabalho forçado de homens e mulheres. O governo continuou a compilar manualmente os dados da aplicação da lei de combate ao tráfico não tendo, no entanto, fornecido detalhes de casos específicos. Em 2015, o governo iniciou a investigação de 95 casos suspeitos de tráfico, o triplo dos casos registados em 2014, e julgamento de 35, comparativamente a 44 iniciados no ano anterior. Condenou 11 infractores nos termos da lei de combate ao tráfico de 2008, tendo todos recebido penas de prisão de 1 a 22 anos; o número de condenações representa uma redução dos 32 infractores condenados em 2014 e 24 em 2013. Como a lei de combate ao tráfico de 2008 penaliza o tráfico para fins de remoção de órgãos, estas estatísticas de aplicação da lei incluíram provavelmente estes casos, para além dos casos de tráfico sexual e laboral. O governo deteve 50 pessoas em todo o país pela sua implicação em tráfico de PCA para fins de remoção dos seus órgãos e outras partes do corpo e os tribunais aplicaram penas de prisão significativas aos arguidos condenados. Num caso deste tipo, um tribunal na Província de Cabo Delgado condenou dois indivíduos por tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos a 35 anos de prisão, pelo homicídio de uma criança albina para a venda dos seus órgãos.

O governo, em parceria com organizações internacionais, continuou a patrocinar cursos de formação na área de combate ao tráfico para um número indeterminado de agentes de imigração colocados em movimentadas travessias das fronteiras com a Suazilândia e a África do Sul. Para além disto, em conjunto com uma organização internacional, patrocinou também acções de formação sobre a legislação pertinente ao combate ao tráfico para 30 magistrados e publicou quatro guias para auxiliar os agentes policiaes a identificar vítimas do tráfico. Durante o ano, as autoridades moçambicanas e sul-africanas cooperaram num caso, já iniciado no ano anterior, que implicava cinco crianças sujeitas a tráfico na África do Sul. As ONG relatam que é comum os suspeitos de tráfico subornarem os agentes policiaes e da imigração com o fim de facilitarem os crimes de tráfico tanto a nível nacional como transfronteiriço. O governo não divulgou quaisquer investigações, processos ou condenações relacionadas com autoridades do governo cúmplices em infracções de tráfico de seres humanos.

PROTECÇÃO

Os esforços envidados pelo governo para proteger as vítimas de tráfico permaneceram inadequados. Embora o governo careça de procedimentos formais para a identificação de vítimas e não tenha informado o número de vítimas

assistidas durante o ano, uma organização internacional declarou que apoiou quatro vítimas de tráfico em 2015. As autoridades continuaram a recorrer ao apoio técnico e financeiro das ONG e organizações internacionais para a prestação da maior parte dos serviços de protecção e reabilitação às vítimas e forneceram uma assistência limitada aos serviços de abrigo, médicos e acompanhamento psicológico, os quais foram esporádicos em todo o país. No curso do anterior período em análise, o governo assumiu a responsabilidade directa do orçamento para o único abrigo permanente do país para as crianças vítimas de tráfico e integrou nos respectivos quadros psicólogos para coordenação da reunificação familiar; o entanto, as autoridades não divulgaram detalhes relativos à dotação de verbas para medidas de protecção às vítimas no actual período em análise.

Os funcionários continuaram a operar instalações em mais de 215 esquadras da polícia e em 22 centros de "Vítimas de Violência" em todo o país, oferecendo abrigo temporário, alimentação, aconselhamento limitado e monitorização, após a reintegração das vítimas de crimes; no entanto, não ficou claro se as vítimas de tráfico beneficiaram destes serviços em 2015. A lei de combate ao tráfico prevê a protecção policial das vítimas que servem como testemunhas na investigação e repressão dos autores do tráfico; no entanto, tais disposições não foram aplicadas durante o ano. O projecto do plano de acção do Ministério da Justiça em 2013 para orientar os esforços de protecção das vítimas e definir as linhas gerais para a aplicação da lei de protecção de testemunhas de 2012 — incluindo as vítimas de tráfico que cooperam com as autoridades — permaneceu inacabado e não foi implementado pelo terceiro ano consecutivo. O mecanismo de assistência multisectorial, criado para coordenar o encaminhamento e a protecção das mulheres vítimas de violência, permaneceu inadequado e inoperante em 2015. Embora o governo preveja a concessão do estatuto de residência temporária ou alternativas legais para a remoção de vítimas estrangeiras para países onde possam enfrentar dificuldades ou represálias, o governo não aplicou esta disposição durante o período do relatório. O governo não repatriou as cinco crianças moçambicanas sujeitas a tráfico na África do Sul, durante o ano anterior, devido a uma investigação em curso da potencial vulnerabilidade a voltarem a ser vítimas em Moçambique. Durante o ano, o governo deteve sumariamente e deportou 36 nacionais estrangeiros que entraram em Maputo com vistos falsificados; a falta de procedimentos proactivos de rastreio impediu o governo de garantir que estas vítimas de tráfico não fossem inadvertidamente penalizadas por actos ilegais cometidos em consequência de terem sido sujeitas ao tráfico.

PREVENÇÃO

Os esforços por parte do governo para prevenir o tráfico de pessoas não foram sistemáticos. Pelo segundo ano consecutivo, o governo não demonstrou progressos

no sentido de implementar o Plano de Acção Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos nem para pôr em prática quaisquer regulamentos. Em 2015, a Procuradoria-Geral da República continuou a demonstrar liderança na supervisão dos esforços nacionais de combate ao tráfico, estabelecendo um grupo de referência nacional para a protecção de crianças e apoiando "grupos de referência" de nível provincial em todo o país. Compostos por autoridades locais, polícia, guardas de fronteira, assistentes sociais, ONG e organizações religiosas, estes "grupos de referência" serviram para coordenar os esforços regionais para fazer face ao tráfico e outros crimes. Em 2015, o governo, em parceria com ONG locais e uma organização internacional, levou a efeito, de forma proactiva, um número indefinido de campanhas de sensibilização, usando celebridades e anteriores autoridades governamentais de alto nível, para visar o tráfico de PCA para fins de remoção de órgãos e enfatizar a relevância da protecção pelas comunidades locais. Em 2014, o governo realizou sete palestras sobre o combate ao tráfico e promoveu uma campanha de sensibilização para cerca de 750 funcionários públicos e do sector civil. O Ministério do Trabalho empregou um número insuficiente de inspectores do trabalho que não tinham formação nem recursos para monitorizar de forma eficaz o tráfico de crianças e outras violações laborais, especialmente nas propriedades agrícolas em zonas rurais. As autoridades moçambicanas continuaram a não contar com políticas ou legislação eficazes para regular os recrutadores estrangeiros e responsabilizá-los civil e criminalmente pelo recrutamento fraudulento. O governo não demonstrou esforços tangíveis para a redução da procura de actos de sexo comercial durante o ano. Não disponibilizou formação para o combate ao tráfico para os seus quadros diplomáticos.